



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639253 - RS (2021/0006024-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : MARCELO TURELA DE ALMEIDA - RS041933
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : MAICON ROBERTO BARCELOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAICON ROBERTO BARCELOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Agravado de Execução Penal n. 5077864-24.2020.8.21.7000).

O paciente cumpre pena de 4 anos, 4 meses e 20 dias de reclusão, que teve início em 17/12/2015, e teve indeferido o benefício do livramento condicional pelo juiz da execução, sendo concedida, contudo, a progressão ao regime semiaberto "*sob a forma projetada*"(fl. 14), decisão que foi confirmada pelo Tribunal de Justiça gaúcho no julgamento do agravo em execução defensivo.

Sustenta o impetrante que o paciente faria jus ao deferimento do livramento condicional, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos para tal.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, para que seja deferido o livramento condicional ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista que os motivos explicitados para manter o afastamento da benesse mostram-se, em princípio, idôneos e pautados nas particularidades do caso concreto (fls. 13-18).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente